

Título do capítulo	CAPÍTULO 18 – EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS
Autores(as)	Humberto Martins Vitorino Alves da Silva Luiz Bertolucci Júnior Ester William Ferreira Alanna Santos de Oliveira Henrique Ferreira de Souza Carlos José Diniz
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/capitulo18

Título do livro	UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI
Organizadores(as)	Fernando Cezar de Macedo Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-030-1
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS

Humberto Martins¹
Vitorino Alves da Silva²
Luiz Bertolucci Júnior³
Ester William Ferreira⁴
Alanna Santos de Oliveira⁵
Henrique Ferreira de Souza⁶
Carlos José Diniz⁷

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo trata da expansão recente das universidades federais e seu papel na interiorização do desenvolvimento em Minas Gerais. Em especial, analisa a dimensão da interiorização que marcou a expansão das universidades nos anos 2000, examinando ainda a evolução demográfica e econômica dos municípios que possuem *campus* universitário.

O processo de expansão é analisado com referência à dinâmica regional e urbana da economia e da sociedade brasileiras. Busca-se situar a expansão das universidades federais no contexto da dinâmica econômica e tecnológica prévia e ainda associar essa expansão à dinâmica mais recente, sobretudo para o processo de interiorização das atividades econômicas e tecnológicas. Nessa questão, são abordados os efeitos da expansão das universidades sobre a renda e o emprego locais, considerando o orçamento empenhado das universidades. Também trata-se do papel da expansão na geração de atividades de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) na região de atuação das universidades e no estado de Minas Gerais, considerando o sistema nacional (e estadual) de inovação.

1. Professor titular no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri/UFU). *E-mail*: <hmartins@ufu.br>.

2. Professor adjunto do Ieri/UFU. *E-mail*: <vitorino@ufu.br>.

3. Pesquisador no Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (Cepes) do Ieri/UFU. *E-mail*: <bertolucci@ufu.br>.

4. Pesquisadora no Cepes/Ieri/UFU. *E-mail*: <ewferreira@ufu.br>.

5. Pesquisadora no Cepes/Ieri/UFU. *E-mail*: <alanna.santos@ufu.br>.

6. Pesquisador no Cepes/Ieri/UFU. *E-mail*: <henriquefsz@yahoo.com.br>.

7. Pesquisador no Cepes/Ieri/UFU. *E-mail*: <cjdiniz@ufu.br>.

Para analisar e dimensionar a expansão das universidades federais localizadas no estado e a criação dos novos *campi*, é importante considerar a evolução econômica recente de Minas Gerais, bem como o contexto recente do desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil em nível regional. Esses processos de expansão devem ser entendidos no contexto da dinâmica regional da economia brasileira, que vem apresentando tendência de desconcentração regional desde a década de 1970, ainda que em ritmo menor no período mais recente (Diniz, 2019).

Simultaneamente com essa tendência de desconcentração econômica regional, há algum tempo as atividades de CT&I no Brasil começaram a mostrar sinais de desconcentração em certos setores e estados, como em Minas Gerais (Martins, Avellar e Miro, 2006). Trabalhos recentes apontam mudanças significativas na distribuição das atividades produtivas e tecnológicas, tanto em nível internacional quanto em nível nacional (Diniz e Vieira, 2015; Diniz, 2019). Nas duas escalas, observam-se movimentos desconcentradores e emergência de novos espaços, embora essas transformações venham ocorrendo em ritmo relativamente lento. De qualquer modo, evidencia-se a crescente importância dos setores de maior valor agregado e das atividades de CT&I e, assim, do investimento nos sistemas universitários.

Nesse contexto, destaca-se a expansão das instituições de ensino superior (IES) no Brasil. Desde os anos 2000, o Brasil ampliou significativamente o número de instituições, a oferta de vagas e o número de estudantes matriculados. Nas universidades federais, essa expansão ocorreu sobretudo fora das capitais e regiões metropolitanas (RMs), entre 2000 e 2010 entraram em funcionamento dezenove novas universidades federais, sendo apenas quatro em capitais. Focalizando os municípios brasileiros que receberam um novo *campus* nesse período (de universidade nova ou já existente), um estudo recente concluiu que esses municípios apresentaram melhora no nível de renda *per capita*, entre outros impactos examinados (Niquito, Ribeiro e Portugal, 2018).

Este capítulo focaliza a expansão das universidades federais em Minas Gerais, estado com maior número de universidades federais, com especial atenção aos municípios com *campus* universitário, discutindo seu papel para a interiorização do desenvolvimento. Mais especificamente, examina-se a expansão das universidades públicas federais considerando sua dimensão territorial em termos dos municípios com *campus* universitário. Deve-se ressaltar, sem abordagem nesse momento, que houve expansão significativa também dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Ifets), além das instituições privadas e mistas.

Para caracterizar a expansão das universidades federais, são utilizados dados relativos aos estudantes em cursos presenciais (graduação e pós-graduação *strictu sensu*), professores, técnicos-administrativos e produção científica. Procura-se trabalhar com o nível mais desagregado possível, organizando os dados por instituição e por *campus* e município, quando for o caso, sendo o nível estadual também considerado relevante.

A análise considera ainda a subdivisão de Minas Gerais entre RM de Belo Horizonte e interior. É assim contemplada essa dimensão da interiorização que reconhece a existência de dinâmicas econômicas e sociais diferenciadas entre as RMs, sobretudo aquelas que sediam as capitais estaduais, e aqueles municípios localizados fora dessas regiões. Em especial as políticas intermunicipais, a conurbação e a centralidade de funções administrativas atingem níveis bem mais elevados nas RMs. Evidentemente, como se trata de instituições federais, neste capítulo, a análise da dinâmica não é feita em termos de participação no total de Minas Gerais, mas acredita-se que o exame desse processo de expansão em instituições situadas nesse estado pode contribuir para a compreensão das tendências de interiorização em nível nacional.

Assim, os dados relativos às dez universidades federais de Minas Gerais com sede no interior e aos 26 municípios do interior em que atuam são sistematizados e situados em relação aos totais de Brasil e Minas Gerais, observando-se sua evolução com foco nessa dimensão da interiorização: a evolução dos municípios do interior com *campus* universitário é analisada comparativamente ao conjunto de municípios do interior sem *campus*. O desempenho econômico e tecnológico dos municípios dos dois grupos é examinado em subperíodos estabelecidos com base nas fases da expansão das universidades apontadas pela literatura, bem como considerando a dinâmica econômica brasileira e a disponibilidade de dados.

Com base nessa caracterização, são discutidos os impactos da expansão dessas instituições na interiorização do desenvolvimento em Minas Gerais. Os resultados são situados na dinâmica recente do crescimento demográfico e econômico de Minas Gerais, do Brasil e dos conjuntos de municípios estabelecidos. Ao fim, busca-se elaborar uma síntese dos impactos da expansão das universidades federais presentes em Minas Gerais em termos de interiorização da dinâmica do desenvolvimento econômico e tecnológico.

Pelo escopo mencionado, abdica-se de analisar duas perspectivas que fazem parte deste processo, a saber, a inclusão e a equidade, sentidos importantes de qualquer processo de desenvolvimento. Entretanto, nas considerações finais, são apontados alguns aspectos para além dos impactos econômicos.

2 A EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM MINAS GERAIS NOS ANOS 2000

O processo de expansão das universidades federais em Minas Gerais ocorre no contexto do processo de expansão das universidades federais brasileiras, que se intensificou nos anos 2000, trazendo mudanças significativas no perfil e na magnitude da educação no Brasil. Tanto o crescimento do número de unidades, com ampliação de cursos e de vagas, quanto a desconcentração espacial dessas instituições no interior do país possibilitaram maior difusão da oferta do ensino superior público à população, impactando, de maneiras diversas, o desenvolvimento social e econômico das localidades para onde se dirigiram as novas unidades.

Desde o fim dos anos 1990, buscava-se ampliar o acesso ao ensino superior público no Brasil por meio de diversas políticas públicas, tendo como justificativa a baixa participação da população jovem (entre 18 e 24 anos) no nível de ensino superior (abaixo de 15% até o ano 2000) e, também, a configuração do sistema, majoritariamente privado (85% das IES eram privadas no ano 2000), sendo poucas as instituições públicas (federais, estaduais e municipais), quadro que evidenciava um acesso restrito à educação superior a grupos sociais mais abastados (Cepêda, Marques e Zambello, 2015).

Entre as políticas públicas que buscaram reconfigurar o sistema de educação superior, assume centralidade o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o qual direcionou recursos financeiros, humanos (docentes, técnicos administrativos) e outros para a ampliação do ensino superior público no país. Nas diretrizes que fundamentam o Reuni, é reafirmada a busca da expansão e, também, da democratização da educação superior pública, substanciadas em programas que visam promover tanto o maior acesso a esse nível de ensino quanto propiciar condições para a permanência nele, a fim de reduzir as taxas de evasão, promover a ocupação de vagas ociosas e aumentar o número de vagas de ingresso.

Entre 2000 e 2010, período que concentrou o momento de maior ampliação das IES no país, o número de universidades federais saiu de 39 para 58, uma expansão de quase 50%, que contou com a criação de dezenove novas instituições, sendo grande parte delas localizadas no interior (Niquito, Ribeiro e Portugal, 2018). Essa expansão quantitativa se deu tanto por meio da criação de novas unidades quanto por meio de novos *campi*. Ademais, nas universidades já existentes houve a ampliação do número de estudantes em resposta ao aumento do número de vagas ofertadas e à criação de novos cursos de graduação e pós-graduação.

Atualmente, o Brasil conta com 63 universidades federais – conforme dados de 2018 disponibilizados pelo Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC) –, das quais 31 (49%) estão localizadas em municípios que são capitais de seus estados, e 32 (51%), em municípios do interior. Em 2002, quando havia 43 universidades federais, 28 (65%) estavam nas capitais e 15 (35%), no interior. Esses números, embora não permitam diferenciar se as instituições adicionais são novas unidades ou se provêm de universidades já existentes, demonstram que, de fato, cresceu o número de universidades federais em funcionamento em municípios do interior do país (Ferreira e Bertolucci Júnior, 2019).

Esse processo de ampliação e criação de universidades federais no território nacional significou uma importante mudança no modelo em que se baseava a implantação dessas instituições, concentrado nas capitais de estados e nos municípios-polos regionais. A busca por maior dispersão geográfica da oferta do ensino superior público não apenas proporciona impactos diretos da atividade educacional na dinâmica da localidade para onde as instituições são instaladas, como também traz consigo potencialidades de desenvolvimento social e econômico para municípios, pequenos e médios, muitos deles considerados estagnados ou reprimidos, com vistas à promoção do desenvolvimento regional integrado.

O estado de Minas Gerais é a Unidade Federativa (UF) com maior número de universidades federais. São onze universidades federais, sendo uma com sede na capital Belo Horizonte, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e dez sediadas no interior. Dessas dez, nove têm presença em mais de um município – a exceção é a Universidade Federal de Lavras (Ufla), que se localiza unicamente em Lavras-MG. As dez universidades sediadas no interior atuavam em 28 municípios e apresentavam 115.062 estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais em 2018, conforme o Censo da Educação Superior. Para se ter ideia da expansão, considerando o total das onze universidades federais de Minas Gerais, o número de estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais era de 61.788 em 2002, passou para 104.437 em 2010, e 146.404 em 2018; um crescimento de 136,95% entre 2002 e 2018 (tabela 1).

Cinco universidades entraram em funcionamento entre 2000 e 2010, sendo originadas de outras instituições que já constavam no orçamento federal (Niquito, Ribeiro e Portugal, 2018). As universidades federais de Minas Gerais têm perfis bastante heterogêneos entre si, tanto em relação à infraestrutura quanto aos resultados em termos de geração de conhecimento (Chiarini, Vieira e Zorzini, 2012). Assim, essas instituições sediadas no estado de Minas Gerais constituem um grupo ao mesmo tempo relevante e heterogêneo, no qual o impacto sobre a interiorização do desenvolvimento econômico e tecnológico tende a ser significativo, embora diferenciado regionalmente e entre municípios.

Este capítulo busca dimensionar esta expansão com base em três tipos de indicadores por instituição: i) pessoal (estudantes, professores e técnico-administrativos); ii) orçamento empenhado; e iii) pesquisa científica. Para a análise dos dados, foram estabelecidos dois períodos, com base nas duas fases de expansão usualmente identificadas na literatura. Além disso, o estabelecimento desses períodos levou em conta a dinâmica da economia brasileira, bem como a disponibilidade de dados. Dessa forma, sempre que possível, busca-se analisar os dados em dois períodos: 2002-2010 e 2010-2018. Assim, considera-se o crescimento médio dos anos de 2003 a 2010 e de 2011 a 2018 intervalos regulares de oito anos. Para as universidades criadas após 2002, os dados de 2002 estão disponíveis somente em algumas das bases utilizadas.

TABELA 1
Estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais por universidade federal – Minas Gerais

Universidades federais	2002	2010	2018	Crescimento 2002-2010 (%)	Crescimento 2010-2018 (%)	Crescimento 2002-2018 (%)
UFMG	19.903	27.850	31.342	39,9	12,5	57,5
UFU	12.194	17.072	22.209	40	30,1	82,1
UFJF	10.990	12.560	18.884	14,3	50,4	71,8
UFV	7.307	11.586	13.729	58,6	18,5	87,9
Ufop	4.299	8.488	11.289	97,4	33	162,6
UFSJ	3.135	6.737	11.121	114,9	65,1	254,7
UFVJM ¹	-	4.848	8.471	-	74,7	-
Ufla	2.138	4.785	9.931	123,8	107,5	364,5
Unifal ²	-	4.151	6.233	-	50,2	-
Unifei	1.822	3.393	7.063	86,2	108,2	287,7
UFTM ³	-	2.967	6.132	-	106,7	-
Total	61.788	104.437	146.404	69,0	40,2	136,9

Fontes: Para 2002 e 2010, Inep; e para 2018, Censo da Educação Superior. Disponível em: <<https://bit.ly/3n1l373>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

Elaboração dos autores.

Notas:¹ Em 8 de setembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.173 no *Diário Oficial da União*, que transformou as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Disponível em: <<https://bit.ly/3aZ5Kfg>>.

² Em 2005, por meio da Lei Federal nº 11.154, de 29 de julho de 2005, a Efoal/Ceufe foi transformada em Universidade Federal de Alfenas, adotando a sigla Unifal, eleita pela comunidade acadêmica. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ze3nw7>>.

³ Anteriormente denominada Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), transformada no ano de 2005 em Universidade Federal do Triângulo Mineiro, a UFTM é uma instituição federal de ensino superior constituída sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZcaKno>>.

Obs.: UFU – Universidade Federal de Uberlândia; UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora; UFV – Universidade Federal de Viçosa; Ufop – Universidade Federal de Ouro Preto; UFSJ – Universidade Federal de São João Del-Rei; Unifei – Universidade Federal de Itajubá.

TABELA 2
Estudantes matriculados e titulados em cursos de mestrado e doutorado acadêmicos e profissionais – Minas Gerais

Universidades federais	2002	2010	2018	Crescimento 2002-2010 (%)	Crescimento 2010-2018 (%)	Crescimento 2002-2018 (%)
UFMG	5.074	7.487	11.289	47,6	50,8	122,5
UFU	1.098	2.112	4.093	92,3	93,8	272,8
UFJF	232	1.367	3.320	489,2	142,9	1.331,0
UFV	1.694	3.007	3.725	77,5	23,9	119,9
Ufop	296	1.035	1.755	249,7	69,6	492,9
UFSJ	11	373	1.149	3.290,9	208	10.345,5
UFVJM	-	146	1.032	-	606,8	-
Ufla	901	1.554	2.559	72,5	64,7	184
Unifal	-	71	792	-	1.015,5	-
Unifei	306	483	1.039	57,8	115,1	239,5
UFTM	72	213	757	195,8	255,4	951,4
Total	9.684	17.848	31.510	84,3	76,5	225,4

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Disponível em: <<https://bit.ly/3gwcUDI>>. Acesso em: 5 jan. 2020. Elaboração dos autores.

TABELA 3
Professores e técnicos administrativos por universidade federal – Minas Gerais

Universidades federais	2002		2010		2018		Crescimento 2002-2018 (%)	
	Professor	Técnico-administrativo	Professor	Técnico-administrativo	Professor	Técnico-administrativo	Professor	Técnico-administrativo
UFMG	2.621	2.524	2.679	4.320	3.593	4.367	37,09	73,02
UFU	1.280	1.640	1.579	1.608	2.043	1.858	59,61	13,29
UFJF	896	1.040	1.123	1.266	1.788	1.276	99,55	22,69
UFV	739	2.673	1.074	2.299	1.321	2.202	78,76	-17,62
Ufop	457	675	739	763	970	750	112,25	11,11
UFSJ	215	241	643	416	899	540	318,14	124,07
UFVJM	-	-	438	284	882	732	101,37*	157,75*
Ufla	324	370	513	404	827	586	155,25	58,38
Unifal	-	-	349	242	546	334	56,45*	38,02*
Unifei	183	269	375	434	521	367	184,70	36,43
UFTM	-	-	407	421	668	1.501	64,13*	256,53*
Total	6.715	9.432	9.919	12.457	14.058	14.513	109,4	53,9

Fonte: Censo da Educação Superior. Disponível em: <<https://bit.ly/3n11373>>. Acesso em: 5 jan. 2020. Elaboração dos autores.

Obs.: *Para os casos das universidades criadas após 2002, o crescimento refere-se ao período 2010-2018.

Observando as tabelas 1 e 2, percebe-se que foi expressivo o aumento no número de estudantes de graduação (136,9%) e mais ainda no de pós-graduação (225,4%). Em ambos os casos, as universidades federais sediadas no interior superaram a taxa de crescimento da UFMG no período, com exceção da Ufla no caso da pós-graduação, indicando certa tendência de interiorização. Fica claro também que a maior expansão foi no subperíodo 2002-2010.

A expansão foi significativa no número de professores e técnicos, embora com taxas inferiores ao crescimento do número de estudantes. No caso dos professores, observa-se novamente que as universidades sediadas no interior cresceram a taxas superiores à da UFMG; enquanto, no caso dos técnicos, houve muita variação entre as universidades (tabela 3).

TABELA 4

Orçamento empenhado por universidade federal – Minas Gerais
(Em R\$ 1 mil)

Universidades federais	2002	2010	2018
UFMG	1.117.647.502,86	1.764.959.759,90	2.026.788.751,68
UFU	481.405.062,02	832.590.657,15	1.066.122.945,23
UFJF	299.020.445,23	716.828.442,83	970.613.328,38
UFV	477.984.855,90	788.630.398,08	905.349.615,44
Ufop	126.697.525,38	350.256.352,56	437.216.908,10
UFSJ	48.968.519,27	244.442.643,46	357.950.718,90
UFVJM	16.797.180,96	139.962.891,07	265.807.293,77
Ufla	105.630.645,56	291.391.080,08	370.760.459,73
Unifal	41.496.163,29	148.431.147,67	225.792.009,74
Unifei	62.500.979,26	170.283.794,53	230.893.952,20
UFTM	136.164.245,24	195.232.399,39	372.010.033,28
Total	2.914.313.124,98	5.643.009.566,79	7.229.306.016,45

Fonte: Ministério da Economia (ME). Disponível em: <<https://bit.ly/3Gnly23>>. Acesso em: 5 jan. 2020.
Elaboração dos autores.

TABELA 5
Crescimento do orçamento empenhado por universidade federal – Minas Gerais
(Em %)

Universidades federais	Crescimento 2002-2010	Crescimento 2010-2018	Crescimento 2002-2018
UFMG	57,90	14,80	81,30
UFU	73,00	28,00	121,50
UFJF	139,70	35,40	224,60
UFV	65,00	14,80	89,40
Ufop	176,50	24,80	245,10
UFSJ	399,20	46,40	631,00
UFVJM	733,30	89,90	1482,50
Ufla	175,90	27,20	251,00
Unifal	257,70	52,10	444,10
Unifei	172,40	35,60	269,40
UFTM	43,40	90,50	173,20
Total	93,6	28,1	148,1

Fonte: ME. Disponível em: <<https://bit.ly/3Gnly23>>. Acesso em: 5 jan. 2020.
Elaboração dos autores.

Os dados relativos ao orçamento empenhado das universidades mostraram uma evolução semelhante, com um aumento significativo, em taxas próximas às dos alunos de graduação, mas bem abaixo daquelas dos estudantes de pós-graduação. Já em relação ao crescimento do número de professores e técnicos, as taxas de aumento no orçamento empenhado foram bastante superiores.

Os dados mostram que o orçamento empenhado da UFMG tem se apresentado em um patamar bem superior às demais universidades ao longo do período, embora seu crescimento tenha sido o menor no período, novamente apontando para interiorização. Entre as universidades sediadas no interior, distingue-se um grupo das três maiores (UFU, UFJF e UFMG) que tendeu a apresentar um crescimento menor que as demais universidades, notadamente no segundo subperíodo em análise (2010-2018).

A tabela 6 mostra a produção científica e técnica e a orientação concluída pelos pesquisadores das universidades federais atuantes em Minas Gerais, ordenadas de acordo com a tabela 1. Não inclui a produção dos estudantes. No Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq), a soma para pesquisadores conta a produção de pesquisadores doutores e não doutores.

TABELA 6
**Produção bibliográfica e técnica e orientação concluída por universidade federal:
número e variação relativa – Minas Gerais (2002 e 2010)**

Universidades federais	Produção bibliográfica e técnica			Orientação concluída		
	2002	2010	Variação (%)	2002	2010	Variação (%)
UFMG	46.597	132.306	183,9	7.894	31.323	296,8
UFU	13.814	52.835	282,5	2.357	11.665	394,9
UFJF	6.846	26.907	293,0	1.342	7.908	489,3
UFV	24.791	58.630	136,5	4.680	13.098	179,9
Ufop	4.624	14.300	209,3	861	4.036	368,8
UFSJ	2.125	12.843	504,4	336	3.465	931,3
UFVJM	-	10.326	-	-	2.621	-
Ufla	12.907	30.021	132,6	2.189	8.273	277,9
Unifal	844	9.329	1.005,3	241	2.209	816,6
Unifei	736	6.512	784,8	160	2.359	1.374,4
UFTM	1.824	10.974	501,6	181	1.895	947,0
Total	115.108	364.983	217,1	20.241	88.852	339,0

Fonte: Plano Tabular do DGP/CNPq. Disponível em: <<https://bit.ly/3C3pGSI>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
Elaboração dos autores.

TABELA 7
**Grupos de pesquisas nas universidades federais: número, distribuição e variação
relativa – Minas Gerais**

Universidades federais	Grupos de pesquisa			Distribuição (%)		Variação (%)	
	2002	2010	2016	2010	2016	2002-2010	2010-2016
UFMG	445	752	705	34,9	28	69	-6,3
UFU	111	327	377	15,2	15	194,6	15,3
UFJF	74	205	284	9,5	11,3	177	38,5
UFV	190	303	331	14	13,1	59,5	9,2
Ufop	58	125	160	5,8	6,4	115,5	28
UFSJ	34	98	152	4,5	6	188,2	55,1
UFVJM	-	80	119	3,7	4,7	-	48,8
Ufla	60	97	136	4,5	5,4	61,7	40,2
Unifal	14	54	73	2,5	2,9	285,7	35,2
Unifei	18	56	81	2,6	3,2	211,1	44,6
UFTM	17	60	101	2,8	4	252,9	68,3
Total	1.021	2.157	2.519	100	100	111,3	16,8

Fonte: Plano Tabular do DGP/CNPq. Disponível em: <<https://bit.ly/3C3pGSI>>. Acesso em: 15 dez. 2019.
Elaboração dos autores.

3 INTERIORIZAÇÃO, CAPILARIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS COM CAMPUS DE UNIVERSIDADE FEDERAL

Os *campi* instalados fora de sede nos anos 2000 representaram outro tipo de impulso à interiorização. Das onze universidades federais presentes em Minas Gerais, dez possuem *campus* fora de sede (a exceção é a Ufla). Considerando a data da primeira matrícula em curso de graduação presencial, a maior parte instalou-se depois de 2010.

Em 2018, além dos onze municípios com *campus*-sede, dezenove outros municípios tinham *campus* fora de sede, perfazendo um total de trinta municípios, cuja distribuição de estudantes matriculados pode ser vista na tabela 8 e no mapa 1.

TABELA 8
Estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais por *campus* de universidade federal – Minas Gerais

Universidades	Campus/município	Sede?	2002	2010	2018	Variação 2002-2010 (%)	Variação 2010-2018 (%)	Variação 2002-2018 (%)
UFMG	Belo Horizonte	Sim	19.758	27.164	30.405	37,5	11,9	53,9
	Montes Claros	Não	145	686	937	373,1	36,6	546,2
UFU	Uberlândia	Sim	12.194	15.584	18.727	27,8	20,2	53,6
	Ituiubata	Não	-	1.488	2.084	-	40,1	-
	Patos de Minas	Não	-	-	476	-	-	-
UFJF	Monte Carmelo	Não	-	-	922	-	-	-
	Juiz de Fora	Sim	10.990	12.560	16.192	14,3	28,9	47,3
UFV	Governador Valadares	Não	-	-	2.692	-	-	-
	Viçosa	Sim	7.307	10.051	10.624	37,6	5,7	45,4
	Rio Paranaíba	Não	-	1.110	1.834	-	65,2	-
Ufop	Florestal	Não	-	425	1.271	-	199,1	-
	Ouro Preto	Sim	3.561	5.949	7.339	67,1	23,4	106,1
	Mariana	Não	738	1.800	2.599	143,9	44,4	252,2
UFSJ	João Monlevade	Não	-	739	1.351	-	82,8	-
	São João Del Rei	Sim	3.135	4.603	6.810	46,8	47,9	117,2
	Ouro Branco	Não	-	1.065	2.192	-	105,8	-
UFVJM	Divinópolis	Não	-	767	1.302	-	69,8	-
	Sete Lagoas	Não	-	302	817	-	170,5	-
	Diamantina	Sim	-	3.550	5.461	-	53,8	-
	Teófilo Otoni	Não	-	1.298	2.146	-	65,3	-
	Unai	Não	-	-	509	-	-	-
	Janaúba	Não	-	-	355	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Universidades	Campus/município	Sede?	2002	2010	2018	Varição 2002-2010 (%)	Varição 2010-2018 (%)	Varição 2002-2018 (%)
Ufla	Lavras	Sim	2.138	4.785	9.931	123,8	107,5	364,5
	Alfenas	Sim	-	3.186	4.056	-	27,3	-
Unifal	Poços de Caldas	Não	-	488	1.187	-	143,2	-
	Varginha	Não	-	477	990	-	107,5	-
Unifei	Itajubá	Sim	1.822	2.847	5.186	56,3	82,2	184,6
	Itabira	Não	-	546	1.877	-	243,8	-
UFTM	Uberaba	Sim	-	2.967	5.777	-	94,7	-
	Iturama	Não	-	-	355	-	-	-
Total			61.788	104.437	146.404	69,0	40,2	136,9

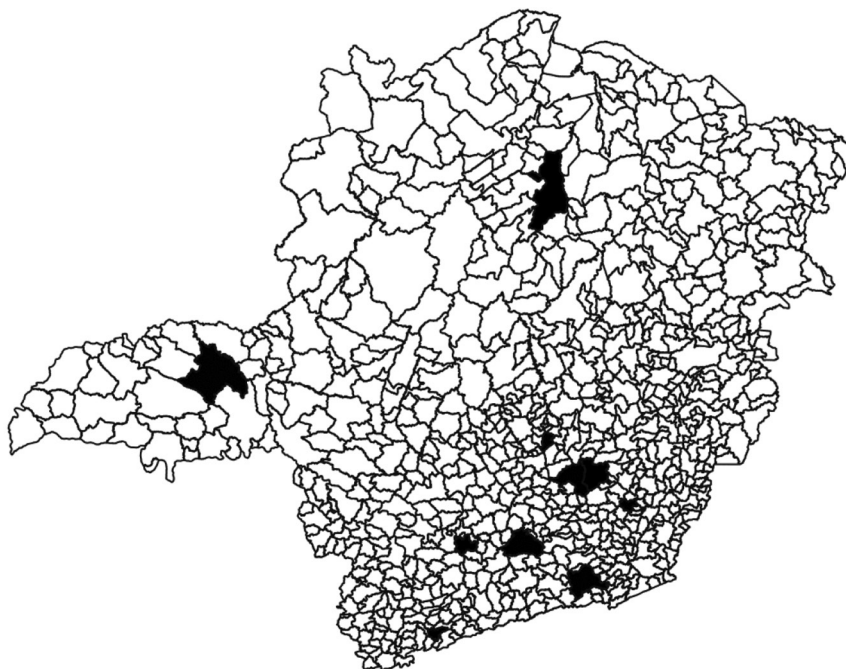
Fontes: Para 2002 e 2010, Inep; para 2018, Censo da Educação Superior. Disponível em: <<https://bit.ly/3Gnly23>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

Elaboração dos autores.

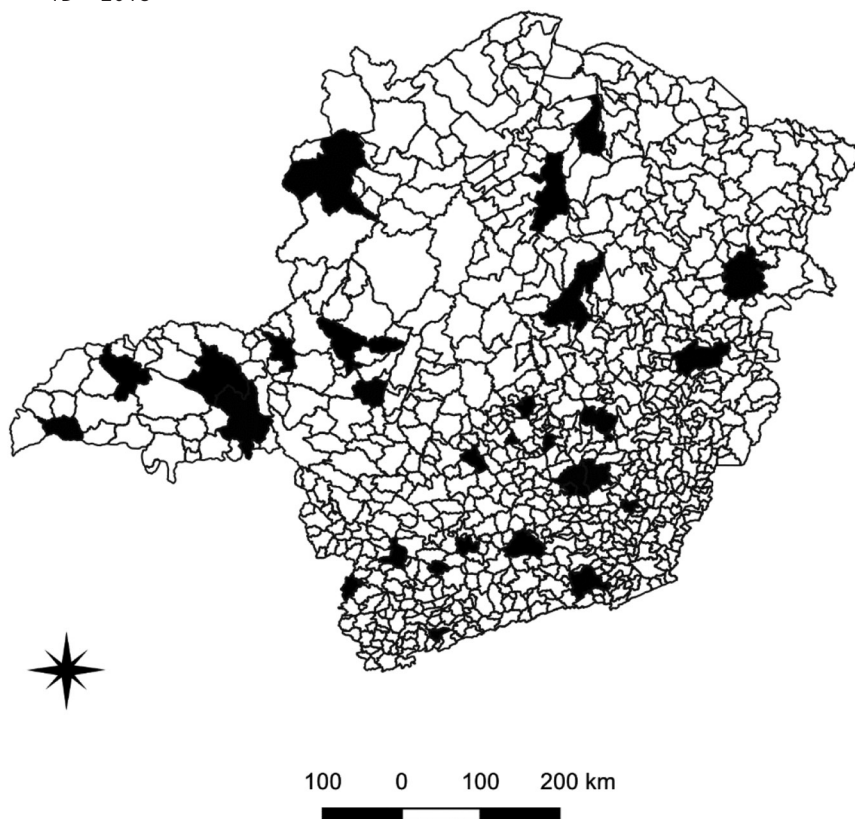
Percebe-se que o aumento de matrículas de estudantes nos *campi* fora de sede superou, em geral, o aumento nos *campi*-sede.

MAPA 1

Localização dos municípios com *campus* de universidade federal – Minas Gerais 1A – 2002



1B – 2018



Fontes: Para 2002, Inep; e para 2018, Censo da Educação Superior. Disponível em: <<https://bit.ly/3Gnly23>>. Acesso em: 5 jan. 2020. Elaboração dos autores.

Observa-se um significativo espriamento dos municípios com *campus* universitário. Além de praticamente triplicar em número, sua distribuição alterou-se significativamente. Enquanto, em 2002, eles estavam concentrados majoritariamente no centro-sul do estado; em 2018, eles estavam bem mais espalhados. Pela tabela 8, observa-se que a expansão envolveu municípios de várias faixas populacionais, desde centros populacionais regionais até municípios com população bem pequena.

Assim, a dinâmica demográfica dos municípios com *campus* universitário pode ser associada à expansão das universidades federais, sobretudo por sua tendência de interiorização. Neste estudo, busca-se analisar essa associação com base em duas questões: a pendularidade por motivo de estudo em nível superior e as tendências relacionadas à migração da população.

Em primeiro lugar, observa-se uma mudança na pendularidade por motivo de estudo em nível superior entre 2000 e 2010. Para examinar a pendularidade, utiliza-se o Índice de Eficácia de Pendularidade (IEP). Este índice mostra a relação entre entrada e saída da população (no caso deste estudo, de estudantes). O IEP é calculado a partir da fórmula a seguir.

$$IEP = \frac{(E - S)}{(E + S)},$$

em que, E é o número de pessoas que entram no município para estudar; e S , o número de pessoas que saem do município para estudar.

O IEP varia de -1 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais eficaz a pendularidade de estudantes em favor do município, indicando a prevalência de mais estudantes vindos de outros municípios em relação a estudantes residentes que vão estudar fora. Quanto mais próximo de -1, a tendência se inverte, indicando a prevalência de saída de estudantes para outros municípios.

O outro índice analisado é o Índice de Eficácia Migratória (IEM), que sintetiza quanto o número de imigrantes se aproxima do número de emigrantes. Para mensurá-lo, divide-se o saldo migratório, no caso as trocas líquidas de data fixa (quinquenal), pelo volume da migração (imigrantes mais emigrantes), de acordo com a fórmula a seguir.

$$IEM = \frac{(I-E)}{(I+E)},$$

em que, I é número de imigrantes; e E , o número de emigrantes.

Quanto maior o número de imigrantes, mais o IEM se aproxima de 1; e quanto maior o número de emigrantes, mais próximo o IEM estará de -1.

Os resultados referentes aos índices IEP e IEM para os municípios analisados são apresentados na tabela 9.

TABELA 9
População residente, IEP e IEM dos municípios com *campus* de universidade federal – Minas Gerais

Universidades	Município	População 2000 (1 mil)	População 2010 (1 mil)	IEP 2000	IEP 2010	IEM 1995-2000	IEM 2005-2010
UFMG	Belo Horizonte	2.239	2.375	0,57	0,79	-0,27	-0,28
	Montes Claros	307	362	-0,39	0,76	0,12	0,07
UFU	Uberlândia	501	604	0,82	0,77	0,35	0,26
	Ituiutaba	89	97	-0,06	0,39	-0,18	0,14
	Monte Carmelo	44	46	-0,97	-0,46	0,21	-0,09
	Patos de Minas	124	139	-0,42	0,57	0,13	-0,02
UFJF	Juiz de Fora	457	516	0,40	0,71	0,26	0,13
	Governador Valadares	247	264	0,26	0,56	-0,18	-0,21
UFV	Viçosa	65	72	0,70	0,89	0,11	-0,07
	Florestal	6	7	-0,10	0,18	0,17	0,52
	Rio Paranaíba	12	12	-1,00	0,50	0,37	0,38
Ufop	Ouro Preto	66	70	0,82	0,47	-0,22	-0,10
	João Monlevade	67	74	-0,43	0,13	-0,04	0,03
	Mariana	47	54	-0,11	-0,08	0,03	0,11
UFSJ	São João Del Rei	79	84	0,49	0,75	-0,01	-0,05
	Divinópolis	184	213	-0,12	0,07	0,20	0,14
	Ouro Branco	30	35	-0,79	-0,39	-0,10	0,37
	Sete Lagoas	185	214	-0,35	0,17	0,34	0,23
UFVJM	Diamantina	44	46	0,36	0,84	-0,52	-0,40
	Janaúba	62	67	-0,65	-0,33	-0,27	-0,30
	Teófilo Otoni	129	135	-0,13	0,82	-0,42	-0,18
	Unai	70	78	-0,49	0,24	-0,09	-0,23
Ufla	Lavras	79	92	0,57	0,66	0,25	0,17
Unifal	Alfenas	67	74	0,93	0,73	0,20	0,11
	Poços de Caldas	136	152	0,18	0,39	0,32	0,13
	Varginha	109	123	0,30	0,74	0,17	0,07
Unifei	Itajubá	84	91	0,34	0,48	-0,02	0,00
	Itabira	98	110	-0,71	0,04	-0,24	-0,13
UFTM	Uberaba	252	296	0,68	0,79	0,19	0,23
	Iturama	29	34	-0,80	-0,41	0,09	0,01

Fontes: Censos Demográficos 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://bit.ly/3C6lGR2>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

Elaboração dos autores com a colaboração de Welber Tomás de Oliveira na tabulação dos dados censitários.

Em relação ao IEP, observa-se que, em 2000, esse índice era positivo para quatorze municípios, entre eles, os onze municípios com *campus*-sede das universidades federais. Em 2010, esse número já era de 25 municípios. Dos onze municípios que passaram de IEP negativo em 2000 para positivo em 2010, todos receberam *campus* fora de sede, a maior parte entre 2000 e 2010.

Já o IEM mostrou que o contraste entre emigrantes e imigrantes foi positivo em dezessete municípios em 2000 e em dezoito em 2010, com poucas alterações de sinal entre os dois anos. Os três casos em que o indicador era negativo em 2000 e passou a positivo em 2010 referem-se a municípios que tiveram *campus* instalado entre 2000 e 2010: Ituiutaba, João Monlevade e Ouro Branco.

4 DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR COM *CAMPUS* DE UNIVERSIDADE FEDERAL E OUTROS CONJUNTOS DE MUNICÍPIOS

Nesta seção, a expansão das universidades federais é contextualizada a partir das dinâmicas demográfica e econômica dos municípios que possuem *campus* universitário. Mais especificamente, busca-se examinar a evolução dos municípios com base em três tipos de indicadores, relacionados à população, ao produto interno bruto (PIB) e ao emprego. Focaliza-se sobretudo a taxa de crescimento desses indicadores no período, procurando-se manter a subdivisão em dois subperíodos: 2002-2010 e 2010-2018. Conforme explicado, essa divisão foi estabelecida de acordo com as fases identificadas na literatura sobre expansão das universidades federais no Brasil, considerando também a evolução da economia brasileira e a disponibilidade de dados.

Para a análise dessa evolução, foram estabelecidos conjuntos de municípios, considerando os dados do Brasil e de Minas Gerais, de acordo com as definições a seguir detalhadas. Do total de Minas Gerais, subtraindo-se a RM de Belo Horizonte (cinquenta municípios), chega-se ao interior de Minas Gerais (803 municípios). Excluindo-se Montes Claros, considerado um caso especial por possuir *campus* da UFMG, o interior foi subdividido entre interior com *campus* (26 municípios) e interior sem *campus* (776 municípios). Assim, o conjunto de 26 municípios do interior com *campus* não inclui quatro dos trinta municípios com *campus*, analisados na seção anterior, a saber: Belo Horizonte, Sete Lagoas e Florestal, localizados na RM de Belo Horizonte; e Montes Claros, que possui *campus* da UFMG. Esses 26 municípios do interior com *campus* foram ainda subdivididos em interior com *campus*-sede (dez municípios) e interior com *campus* fora de sede (dezesseis municípios).

O desempenho econômico e tecnológico dos municípios dos dois subgrupos é examinado em subperíodos estabelecidos com base nas fases da expansão das universidades apontadas pela literatura, bem como considerando a dinâmica econômica brasileira e a disponibilidade de dados. Assim, considerando esses diversos conjuntos, foram observadas e contrapostas as evoluções dos indicadores selecionados no período em análise (2002-2018), e nos subperíodos estabelecidos (2002-2010 e 2010-2018).

Para a análise da evolução demográfica, foram considerados os dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, bem como os da última estimativa populacional (2018). Os resultados podem ser vistos na tabela 10.

TABELA 10
Taxa de crescimento anual da população por conjunto de municípios – Minas Gerais

Conjunto	Número de municípios	Taxa de crescimento anual 1991-2000 (%)	Taxa de crescimento anual 2000-2010 (%)	Taxa de crescimento anual 2010-2018 (%)
Brasil	5.570	1,65	1,17	1,13
Minas Gerais	853	1,45	0,91	0,90
RM de Belo Horizonte	50	2,37	1,17	1,09
Interior	803	1,14	0,81	0,83
Interior menos Montes Claros	802	1,11	0,79	0,81
Interior com <i>campus</i>	26	1,73	1,22	1,12
Interior sem <i>campus</i>	776	0,91	0,64	0,70
Interior com <i>campus</i> -sede	10	2,25	1,39	1,25
Interior com <i>campus</i> fora de sede	16	1,17	1,01	0,97

Fontes: Para 1991, 2000 e 2010, Censo Demográfico/IBGE; e para 2018, estimativas populacionais. Disponível em: <<https://bit.ly/3C6lGR2>>. Acesso em: 5 dez. 2019.
Elaboração dos autores.

Em todos os conjuntos, as taxas declinaram na sequência dos três períodos. Observa-se que o conjunto denominado *interior com campus* cresceu a taxas superiores ao *interior sem campus* nos três intervalos, embora no último a diferença tenha sido menor. Entre o conjunto *interior com campus*, o grupo com *campus*-sede superou o grupo com *campus* fora de sede nos três intervalos, embora as taxas tenham se aproximado no último intervalo.

TABELA 11
Taxa geométrica de crescimento anual do PIB em conjunto de municípios selecionados – Minas Gerais

Conjunto	Número de municípios	Taxa geométrica de crescimento anual 2002-2010 (%)	Taxa geométrica de crescimento anual 2010-2017 (%)	Taxa geométrica de crescimento anual 2002-2017 (%)
Brasil	5.570	6,59	1,39	4,13
Minas Gerais	853	7,67	0,93	4,47
RM de Belo Horizonte	50	8,41	-0,76	4,03
Interior	803	7,21	1,96	4,73
Interior menos Montes Claros	802	7,20	1,95	4,71
Interior com <i>campus</i>	26	7,91	1,01	4,64
Interior sem <i>campus</i>	776	6,75	2,53	4,76
Interior com <i>campus</i> -sede	10	8,50	1,59	5,22
Interior com <i>campus</i> fora de sede	16	7,17	0,21	3,86

Fonte: IBGE.
Elaboração dos autores.

Nos dados relativos ao PIB, o período 2002-2017 foi subdividido em dois bem diferentes. Enquanto o primeiro, 2002-2010, apresentou taxas significativas de expansão, o segundo, 2010-2017, teve uma média de crescimento anual bastante inferior. Essa tendência foi verificada em todos os conjuntos de municípios. O conjunto denominado *interior com campus* cresceu a taxas superiores ao *interior sem campus* no primeiro subperíodo, mas a tendência se inverteu no segundo subperíodo. O grupo de municípios com *campus-sede* superou os do grupo com *campus* fora de sede nos dois subperíodos, e, no período total (2002-2018), superou também o conjunto *interior sem campus*.

TABELA 12

Taxa média de crescimento anual do emprego formal em conjunto de municípios selecionados – Minas Gerais

Conjunto	Número de municípios	Taxa de crescimento anual do emprego formal 2002-2010 (%)	Taxa de crescimento anual do emprego formal 2010-2018 (%)	Taxa de crescimento anual do emprego formal 2002-2018 (%)
Brasil	5.570	6,70	0,73	3,68
Minas Gerais	853	6,57	0,31	3,31
RM de Belo Horizonte	50	6,75	-1,07	2,40
Interior	803	6,44	1,27	3,93
Interior menos Montes Claros	802	6,43	1,23	3,91
Interior com <i>campus</i>	26	6,21	1,05	3,66
Interior sem <i>campus</i>	776	6,51	1,36	4,04
Interior com <i>campus-sede</i>	10	6,23	1,29	3,84
Interior com <i>campus</i> fora de sede	16	6,19	0,72	3,42

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Disponível em: <<https://bit.ly/3bYT06Z>> Acesso em: 15 dez. 2019. Elaboração dos autores.

Os indicadores de emprego formal revelaram um desempenho semelhante ao do PIB, com taxas significativas de expansão no primeiro subperíodo e uma quase estagnação no segundo, sobretudo para o conjunto Minas Gerais. O desempenho do conjunto denominado *interior com campus* foi inferior ao do *interior sem campus* nos dois subperíodos. O grupo de municípios com *campus-sede* superou os do grupo com *campus* fora de sede nos dois subperíodos.

Dois outros tipos de indicadores disponíveis na base de dados da Rais são interessantes para analisar o desempenho desses municípios: a remuneração média dos empregados formais e a escolaridade, considerando a participação dos empregados com curso superior concluído em relação ao total de empregados formais.

A remuneração média dos empregados formais para o conjunto dos municípios com *campus* foi superior à do conjunto dos municípios sem *campus* nos três anos pesquisados. Para os municípios com *campus*, os valores foram de R\$ 1.676,39

em 2000; R\$ 2.257,48 em 2010; e R\$ 2.579,67 em 2018, enquanto para os municípios sem *campus*, a remuneração média foi de R\$ 1.250,78, R\$ 1.747,14 e R\$ 2.011,43 nos mesmos anos (valores a preços reais de dezembro de 2018, atualizados pelo INPC).

Ainda segundo dados da Rais, a escolaridade, medida pela participação percentual dos empregados formais com curso superior concluído, mostrou o mesmo comportamento, sendo maior no conjunto dos municípios com *campus* nos três anos: 10,0% em 2002; 14,1% em 2010 e 19,8% em 2018, enquanto os percentuais dos municípios sem *campus* nesses anos foram de 6,4%; 10,4% e 15,3% para os mesmos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PARA ALÉM DOS INDICADORES ECONÔMICOS

A expansão das universidades federais com sede em Minas Gerais ocorre em um contexto de desconcentração das atividades econômicas e tecnológicas que caracteriza o Brasil desde a década de 1970, mas que vem se atenuando no período mais recente (anos 2000), revelando alguma inércia da concentração, sobretudo em atividades de maior conteúdo tecnológico. Nesse contexto, Minas Gerais vem se estabilizando em um patamar intermediário com relação ao PIB e às atividades de C&T, abaixo dos estados com maior participação, São Paulo e Rio de Janeiro. Internamente ao estado, embora a RM de Belo Horizonte tenha apresentado um crescimento populacional acima do interior, os indicadores relacionados ao crescimento econômico e emprego formal mostram um dinamismo maior do interior, sobretudo a partir de 2010.

Os indicadores analisados mostraram que a expansão das universidades federais foi significativa no estado, ampliando o número de estudantes matriculados nos cursos de graduação presenciais e nos de mestrado e doutorado. Embora em menor grau, também foram ampliados o orçamento empenhado e o número de professores e técnicos. Em quase todos os indicadores, as taxas de crescimento das universidades sediadas no interior foram superiores às da UFMG, revelando uma tendência de maior interiorização dessas universidades no estado. Mais do que a interiorização, pode-se identificar um movimento de *capilarização*. Em outras palavras, não só ocorreu a ampliação da participação universitária na graduação presencial pública federal dos municípios exclusive da RM de Belo Horizonte, como também houve a disseminação desta oferta para outro conjunto diverso de municípios mineiros, de várias regiões do estado e de diversas faixas populacionais, inclusive municípios pouco populosos.

A caracterização demográfica dos municípios com *campus* universitário apresentou as seguintes tendências. Em geral melhoraram sua eficácia quanto à pendularidade por motivo de estudo em nível superior entre 2000 e 2010,

embora as mudanças com relação à eficácia migratória tenham sido mais limitadas, mostrando uma estabilidade entre os dois períodos censitários. Em conjunto, esses dois índices podem ser associados a uma maior retenção da população nesses municípios. Além disso, eventuais mudanças a partir de 2010 só serão captadas no próximo Censo Demográfico.

Em relação às dinâmicas demográfica e econômica no período analisado, o conjunto dos municípios do interior com *campus* universitário apresentou taxas de crescimento populacional maiores que o conjunto dos municípios do interior sem *campus* universitário. Os resultados relativos ao crescimento econômico foram ambíguos: mais favoráveis aos municípios com *campus* no primeiro subperíodo, e mais favoráveis aos municípios sem *campus* no segundo subperíodo. Considerando a trajetória de crescimento do orçamento empenhado, a tendência, portanto, é de aumento da importância do orçamento como percentual do PIB dos municípios. Os dados relativos ao crescimento do emprego formal favorecem o conjunto dos municípios do interior sem *campus*, o que pode estar ligado à trajetória de maior ritmo de formalização do emprego nos pequenos municípios, que historicamente tendem a apresentar maior grau de informalidade.

Assim, verifica-se que o investimento representado pela expansão das universidades federais vem ocorrendo em um conjunto de municípios que não tem sido privilegiado pela dinâmica econômica geral e menos ainda do emprego formal. Esse investimento pode contribuir para reverter ou atenuar essa tendência nas próximas décadas. Os indicadores mais favoráveis a esses municípios em termos de escolaridade (empregados com curso superior completo) e remuneração média dos empregados já podem ser considerados sinais nesse sentido.

Comparando os conjuntos dos municípios do interior com *campus*-sede com o dos municípios do interior com *campus* fora de sede, os indicadores de crescimento demográfico e econômico são favoráveis ao primeiro grupo no período. Considerando que a criação de novos *campi* é recente, pode-se esperar alguma modificação nesta trajetória nos próximos anos.

Na discussão da interiorização do desenvolvimento, entretanto, deve-se ir além das dinâmicas demográfica e econômica. Embora não tenha sido objeto deste estudo, pode-se considerar o papel de outras dimensões no processo de expansão das universidades federais para a interiorização do desenvolvimento.

O processo de expansão das universidades significou a ampliação do número de pessoas e municípios que não tinham acesso a *campus* universitário. Essa ampliação certamente contribui para espalhar e democratizar o acesso à universidade, pois tais acessos geralmente se encontram concentrados e são associados à metrópole. Assim, o movimento de interiorização das universidades federais pode ser relacionado às dimensões de inclusão e equidade que fazem parte do processo de desenvolvimento.

Para além dos impactos imediatos, deve-se considerar as mudanças estruturais e de longo prazo que a presença de uma universidade federal pode representar para o município. Da mesma maneira, deve-se ir além das dimensões econômicas de elevação da renda, melhoria da infraestrutura e qualificação da mão de obra para considerar também as dimensões simbólicas e culturais desse processo, à medida que a instalação de um *campus* universitário significa a entrada do município em uma rede cultural de pesquisa e eventos científicos, bem como reconhecimento e visibilidade nacionais, com aquisição de um novo *status* simbólico.

REFERÊNCIAS

- CEPÊDA, V. A.; MARQUES, A. C. H.; ZAMBELLO, A. V. Mudanças no ensino superior no Brasil: expansão, inclusão e equidade: um balanço do Reuni. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 39., 2015, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2015.
- CHIARINI, T.; VIEIRA, K.; ZORZIN, P. Universidades federais mineiras: análise da produção de pesquisa científica e conhecimento no contexto do sistema mineiro de inovação. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 307-332, maio-ago. 2012.
- DINIZ, C. C. Corrida científica e tecnológica e reestruturação produtiva: impactos geoeconômicos e geopolíticos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 241-257, maio-ago. 2019.
- DINIZ, C.; VIEIRA, D. Ensino superior e desigualdades regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 129, p. 99-115, jul.-dez. 2015.
- FERREIRA, E.; BERTOLUCCI JUNIOR., L. Universidade Federal de Uberlândia: expansão das instituições brasileiras de educação superior e a evolução da pesquisa na UFU em relação às demais universidades federais mineiras. **Painel de Informações Municipais**, Uberlândia, p. 83-146, 2019.
- MARTINS, H.; AVELLAR, A. P.; MIRO, V. Interação das dimensões científica e tecnológica em Minas Gerais: um estudo com base em indicadores recentes. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 4, p. 642-659, out.-dez. 2006.
- NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 51, p. 367-394, jul.-dez. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, A. da S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr.- jun. 2015.

TISCHER, W.; ROCHA, I. O. Novas universidades federais para o desenvolvimento regional: expansão do ensino superior público e a interiorização dos *campi*. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: EDUFRN, 2019.